

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Estância Turística de Joanópolis

Requerimento nº 82/2013

Cristiano Benedito e Primo Giovanni Poli Del Vechio, Vereadores em exercício junto a Câmara Municipal, usando de suas atribuições legais, **requerem** lhes sejam fornecidas as seguintes informações:

1. Relação de todas as contratações feitas pela Prefeitura Municipal a partir de 1º de janeiro de 2013 até a presente data, sejam elas: por cargos em comissão (incluindo os agentes políticos), por concurso público e por processo seletivo. Informar para qual cargo, função e setor cada um foi contratado;
2. Informar qual impacto financeiro essas contratações geraram na folha de pagamento;
3. Informar qual seria o percentual das despesas com pessoal, de acordo com o art. 20 da LRF, caso a Prefeitura não houvesse efetuado nenhuma contratação?

J U S T I F I C A T I V A

Cuida-se da função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal.

Demais explicações em plenário.

Joanópolis, 02 de agosto de 2013.

Cristiano Benedito
Vereador

Primo Giovanni Poli Del Vechio
Vereador



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200.
Email: pmjoanopolis@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br



Ofício Gab. nº 714/2013
Ref.: Requerimento nº 82/2013

Joanópolis, 05 de Setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito que o presente ofício, em resposta a Indicação em epígrafe, seja encaminhado aos vereadores solicitantes.

Venho pelo presente, mui respeitosamente, informar o que segue:

1. Seguem anexas todas as relações solicitadas.

2. Para o nobre edil ter um parâmetro a respeito das contratações, baseamo-nos na atual folha de pagamento e em sua correspondente, no ano de 2012, pois seria impossível mensurar o impacto financeiro destas contratações, uma vez que diversas das mesmas ocorreram em caráter de substituições por motivos de aposentadorias, desligamentos, termos ou rupturas de contratos e exonerações. Como o nobre edil poderá observar, curiosamente neste específico mês, a folha de pagamento de 2012 era maior do que a atual de 2013.

3. Informamos aos nobres edis que, principalmente no que diz respeito ao art. 20 da LRF, citado em vosso questionamento, informamos que esta administração encontra-se *ipsis litteris* em acordo e harmonia com a referida lei. Porém, se a título de curiosidade, tais percentuais de despesas que hoje se encontram em 49,21%, retroagiriam a 48,01%, mas as consequências seriam no mínimo absurdas. Encontraríamos-nos em uma Joanópolis sem aulas, pois no setor da educação, dezenas de professores e outros profissionais temporários não estariam presentes, além disso, sem coordenadores pedagógicos e diretores, os recursos do FUNDEB para o pagamento de todos os outros professores efetivos, contratados nos anos anteriores estariam comprometidos e ainda dentro da Secretaria da Educação, podemos afirmar que a ausência de um Secretário para as tratativas com a Diretoria de Ensino Regional e a Secretaria de Ensino Estadual, implicaria na paralisação de recursos destinados a subsidiar parte da merenda e do transporte escolar, o quadro atual seria de uma cidade sem aulas, sem transporte escolar e sem merenda.

Com relação à Secretaria de Saúde, podemos afirmar que a ausência de um gestor financeiro, no caso o Secretário Municipal de Saúde, levaria Joanópolis a ilegalidade, o que sujeitaria o município aos cortes de repasses federais e estaduais, como o PAB, o QMESE,

COPIA MUNICIPAL DE JOANÓPOLIS - 09-SET-2013 14:28 006217 14



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 - Centro - Joanópolis/SP - 12980-000 - tel: (11) 4886-9200
Email: pmjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br



os fundos e programas para a saúde bucal e os recursos farmacológicos, mais uma vez, levando nossa cidade à caótica posição de um município sem recursos para medicamentos, sem recursos para o transportes de pacientes e sem recursos para pagamentos de médicos e dentistas, obrigada a sobreviver com pouco mais de 29.000,00 (Vinte e nove mil reais) repassados pelo SUS, onde nossa realidade financeira tem como despesas mensais apenas com a saúde do município não menos de 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

A mesma situação aconteceria junto à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, na ausência, determinada pela lei do gestor financeiro, Secretário Municipal e junto ao DRADS, a paralisação de recursos caso não fossem atendidas as determinações de contratações de profissionais que não existiam na rede como assistentes sociais, cuidadores e coordenadores sociais.

Com relação às demais secretarias, algumas incidindo mais no dia-a-dia e outras com consequências desastrosas para um futuro próximo, secretarias estas onde não visualizamos o funcionamento de maneira acéfala como, por exemplo, Administração e Finanças, sem a coordenação de arrecadações, licitações, processos de execuções, defesas e representações judiciais, bem como toda parte organizacional dos documentos e do próprio RH.

A Secretaria de Obras e Projetos, sem a respectiva coordenação, comprometeria de forma sensível todas as arrecadações através de taxas e a ausência de profissionais para coordenar os convênios, implicaria na perda dos necessários recursos, oriundos de programas e emendas conquistados ao longo dos anos, culminando com o fatídico descredenciamento de nossa cidade como Estância Turística.

No caso destas duas últimas secretarias, nas condições narradas, espelhariam a máquina pública travada, salários represados, recursos perdidos e grande expectativa de desemprego.

Não diferente disso ocorreria na Secretaria de Transportes e Serviços Municipais, que coordena os serviços braçais de limpeza e manutenções em Joanópolis, que sem o secretário, o coordenador e os encarregados não teriam condições de gerir os trabalhos e menos ainda o complexo universo das manutenções e reparos em equipamentos.

A Secretaria de Agricultura hoje alcançou os parâmetros legais do PNAE, junto a agricultura familiar e sem a coordenadoria necessária voltaríamos aos índices de todos os anos anteriores, porém intoleráveis dentro da atual legislação, o que resultaria no corte do referido recurso, conforme notificação da Controladoria Geral da União em visita ao nosso município em 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO
RECIBO Nº 11.411.006.228 V1